



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIA APARECIDA BARBOZA DE SOUZA

**PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO
NO CASO DO ASSENTAMENTO *FAZENDA
MATA, DA CIDADE DE AMPARO, NO
CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO***

SUMÉ – PB

2015

MARIA APARECIDA BARBOZA DE SOUZA

**PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO NO
CASO DO ASSENTAMENTO *FAZENDA MATA*, DA CIDADE
DE AMPARO, NO CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO**

Monografia apresentada à Unidade Acadêmica de Educação do Campo, do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciatura.

Orientador: Professor Paulo Cezar Oliveira Diniz

SUMÉ – PB

2015

S729p Souza, Maria Aparecida Barboza.
Programa Nacional de crédito fundiário no caso do assentamento
fazenda Mata, da cidade de Amparo, no cariri ocidental paraibano. /
Maria Aparecida Barboza Souza. - Sumé - PB: [s.n], 2015.

43 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cezar Oliveira Diniz.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro
de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Assentamento. 2. Crédito agrícola. 3. Movimento social –
sem terras. I. Título.

CDU: 631.11

(043.3)

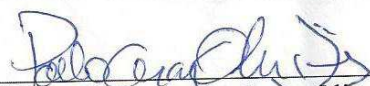
MARIA APARECIDA BARBOZA DE SOUZA

**PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO NO
CASO DO ASSENTAMENTO *FAZENDA MATA*, DA CIDADE
DE AMPARO, NO CARIRI OCIDENTAL PARAIBANO**

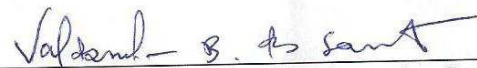
Monografia apresentada à Unidade Acadêmica de Educação do Campo, do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de licenciatura.

Monografia aprovada em

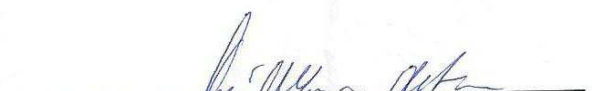
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Paulo Cesar Oliveira Diniz
(Orientador – UFCG/CDSA/UAEDUC)



Prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos
(Examinador Titular – UFCG/CDSA/UAEDUC)



Prof. Mestre José Marciano Monteiro
(Examinador Titular – UFCG/CDSA/UAEDUC)

Dedico este trabalho a todos os meus familiares e amigos,
que me incentivaram nas horas mais difíceis,
especialmente a minha mãe Cícera e a meu pai José Barboza,
os quais sempre me ajudaram a fim deste sonho se tornar realidade.

Dedico também ao meu esposo Rodrigo Silva
pela paciência e pelas palavras de incentivo,
quando pensei em desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e por ter me dado saúde e sabedoria. Também agradeço a Ele por ter me proporcionado tantas coisas maravilhosas no decorrer desta caminhada, além de ter aberto horizontes com que jamais imaginei e me proporcionado conhecer pessoas, as quais, hoje, são tão importantes para mim.

Agradeço aos meus amigos Mireli Mano, Felipe Mateus e Maria do Carmo pelo apoio e pelas palavras de incentivo e a Jorge, Antônio e José Morais pelas informações e contribuições dadas no decorrer da pesquisa e na realização deste trabalho.

Ao meu esposo e companheiro, Rodrigo Silva por todo amor e carinho repassado quando não se havia mais força. Obrigada pela compreensão, por me acompanhar e segurar na minha mão enquanto caminhávamos juntos em busca de informações para a concretização da pesquisa.

Quero agradecer ainda ao professor, orientador, Paulo Diniz por toda a ajuda.

Obrigada a todos!

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade avaliar a implantação do programa Nacional Crédito Fundiário no caso Assentamento Fazenda Mata no município de Amparo-PB; analisar o Programa Nacional de Crédito Fundiário e seus mecanismos de funcionamento, bem como seus impactos para o desenvolvimento das Famílias. Para desenvolver este trabalho, utilizamos conceitos os quais serão necessários para que haja uma melhor compreensão da dimensão do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que visa duas linhas de financiamento: a de combate à pobreza (CPR) e a Consolidação da Agricultura Familiar (CAF). Nesse sentido, procuramos analisar, neste trabalho, de que forma esse programa veio beneficiar as famílias na luta pela terra, bem como o recurso da SUDENE, com que foi construída a Fazenda Mata.

Palavras-chave: Crédito Fundiário; Reforma Agrária de Mercado; Assentamento Fazenda Mata.

ABSTRACT

This study aims to evaluate the implementation of the National Land Credit program in settlement Farm Forest in the city of Amparo-PB, analyzes the National Programme of Agrarian Credit and its operating mechanisms, as well as their impacts on the development of Families. To develop this work we use concepts that will be needed if there is a better understanding of the extent of the National Land Credit program (PNCF) designed two lines of the anti-poverty funding (CPR) and the Consolidation of Family Farming (CAF). In this sense, we analyzed in this work, how this program came benefit families struggle for land was also analyzed the features of SUDENE was built in the Forest Farm

Keywords: Land Credit; Land Reform Market; Farm Settlement kills.

LISTA DE SIGLAS

AESA	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
BT	Programa Banco da Terra
CAF	Consolidação da Agricultura Familiar
CAF	Consolidação da Agricultura Familiar
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPR	Combate a Pobreza Rural
FETAG	Federal Estadual dos Trabalhadores na Agricultura
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPA	Instituto de Terra e Planejamento Agrícola da Paraíba
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MRAM	Modelo de Reforma Agrária de Mercado
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAT	Subproduto de Aquisição da Terra
SIC	Subproduto de Infraestrutura Comunitária
SRA	Secretaria de Reordenamento Agrário
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UTE	Unidade Técnica Estadual

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Região do Assentamento Fazenda Mata, Amparo – PB	24
--	-----------

LISTA DE IMAGENS

Foto 1 –	Baraúnas da Fazenda Mata	25
Foto 2 –	Curral coletivo	30
Foto 3 –	Casas das famílias da fazenda	31
Foto 4 –	Horta de um dos moradores	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O MODELO DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO.....	13
1.1 Reforma Agrária de Mercado e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) ...	13
1.2 Programa Nacional de Crédito Fundiário na Região do Semiárido Nordeste.....	19
2 OCUPAÇÕES DE TERRAS POR MOVIMENTOS <i>SEM TERRA</i> E A CRIAÇÃO DA GRANDE FAZENDA MATA	21
2.1 O processo de ocupações e afirmação das grandes fazendas no Cariri Paraibano	21
2.2 A trajetória da terra onde fica localizado o Assentamento Fazenda Mata	23
3 A FAZENDA MATA E O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO .	28
3.2 A fazenda após ser adquirida pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário.....	28
3.2 Projeto Água Doce no Assentamento Fazenda Mata	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
APÊNDICES	40
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com o objetivo de pesquisar a origem da Fazenda Mata	41
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o objetivo de pesquisar a trajetória da Fazenda Mata até a aquisição pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário	42

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva, primordialmente, analisar o Programa Nacional de Crédito Fundiário, mais especificamente observando a trajetória da grande propriedade em que foi construída a Fazenda Mata, com recursos da SUDENE. Além de se investigar como se deu a construção da Fazenda, pesquisaram-se, após sua aquisição pelo Programa Nacional de Crédito, os projetos que vieram beneficiar os assentados daquele local.

Devido à concentração de terras ocupadas pelos assentados, surgiu a necessidade de entender tal realidade e essa percepção contribuiu para o fortalecimento da pesquisa. Assim, o Assentamento Mata despertou a curiosidade em conhecer as famílias, o modo de vida de cada assentado, como ocuparam o local e a trajetória de permanência até os dias de hoje.

O instrumento de pesquisa utilizado foram diálogos, de maneira informal. Para tanto, como modo de enquadramento na liberdade de expressão dos diversos moradores do assentamento, foram realizadas rodas de conversas no local. Também se fez necessária uma pesquisa bibliográfica sobre o Programa de Crédito Fundiário para entender realmente do que se trata o programa e aprofundar o conhecimento sobre o assunto abordado. Portanto, o trabalho apresenta uma pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa, através da utilização da técnica estudo de caso. De acordo com Yin (2010), o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto de vida real. Sua principal função é retratar as experiências vivenciadas por pessoas ou grupo ou organizações.

O Trabalho foi dividido em três capítulos, como forma de organizar a pesquisa. No primeiro capítulo, mostra-se o modelo de Reforma Agrária de mercado, a forma como ele se constituiu e, posteriormente, transformou-se em programa de Crédito de compra de terra.

O Segundo Capítulo trata das ocupações de terras por movimentos *Sem Terra*, como acontecia na Região do Cariri Paraibano, o que, com o passar do tempo, foi se modificando. Além disso, evidencia-se a criação de gado como um fato marcante na construção da grande Fazenda Mata com recursos da SUDENE e sua trajetória de progressão.

O Terceiro Capítulo refere-se à trajetória da Fazenda Mata após ter sido adquirida pelo programa Nacional de Crédito Fundiário, bem como aos projetos alcançados pelos assentados do local.

Este trabalho, portanto, espera contribuir para uma discussão teórica e metodológica acerca do programa Nacional de Crédito Fundiário e da Reforma Agrária de mercado, discussão que referencia para a realização de trabalhos futuros na área abordada como temática de trabalho.

A área escolhida para desenvolver esta pesquisa está inserida no Cariri Ocidental paraibano e é constituída por um grupo de 29 (vinte e nove) famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que deu origem à Associação dos Produtores Rurais do Sítio Caiçara, situada no assentamento Fazenda Mata, em Amparo – Paraíba.

Portanto a minha relação com área escolhida foi por ter nascido no meio rural, e ser filha de agricultores sempre tive um encanto pela a questão que envolver a formação do assentamento rurais em especial o assentamento Fazenda Mata.

1 O MODELO DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO

1.1 Reforma Agrária de Mercado e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

Diante de um cenário de conflito social por terra, marcado por violência do Estado e dos grandes proprietários contra as famílias que lutam por um pedaço de terra, o Governo nota a necessidade de se criarem alternativas para diminuir os conflitos por terras. Essas medidas começaram a ser tomadas durante o primeiro mandato do presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre anos de 1998 e 2002.

Então, frente a uma problemática no campo agrário, que envolveu grandes lutas por terra no governo FHC, começa a se investir em uma reforma via mercado de terras, ou seja, as famílias, em busca de sua terra, são chamadas à negociação a partir de Crédito Fundiário para, assim, comprarem suas terras junto a um proprietário, de forma passiva.

Desse modo, começaram a ser criados programas de compra de terras nas regiões do Ceará, como a Reforma Agrária solidária do projeto piloto São José (PSJ), no mês de agosto de 1996. Também foi criado, na região Nordeste, o projeto piloto de Reforma Agrária e Alívio da pobreza – ou cédula da terra (PCT) –, que funcionou até o final do mandato FHC. Em 2002, também se instituiu o Banco da Terra, o qual funcionou até 2003 com o objetivo de diminuir os conflitos sociais por terras e proporcionar um acordo em que nenhuma das partes envolvidas na negociação fosse prejudicada – nem os proprietários nem as famílias. O Programa Nacional de Crédito Fundiário vem logo em seguida, no governo do presidente Luís Inácio da Silva, Lula, em 2003.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário passa a ser visto, no governo de Lula, como uma política de proteção social devido a sua linha de financiamento e de combate à pobreza rural. Esse programa pretende diminuir a pobreza rural e é mais evidente da região Nordeste, atendendo às famílias de forma coletiva. Outra linha de financiamento é a consolidação familiar, atendendo pequenos agricultores de forma individual, porém mais presente na região Sul.

Este programa surge como consequência de uma grande demanda social por acesso a terra. Além disso, atua de forma a não exigir sacrifício por parte das famílias, como

geralmente acontece na desapropriação de terras ditada pela reforma agrária tradicional, proporcionada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM) surgiu dentro de um contexto de conflito social por terra, sendo uma alternativa para substituir um modelo de reforma agrária tradicional, o qual acontece mediante a ocupação como a principal estratégia da luta pela terra. Nessa realidade, a área ocupada refere-se a aquelas propriedades cujos indicadores demonstram descumprimento da função social da terra, como é citado no Artigo 186 da Constituição Federal. De acordo com este Artigo, toda propriedade deve cumprir sua função social, que compreende as dimensões ambiental, trabalhista e de bem estar do proprietário e dos trabalhadores.

A desapropriação passou a ser vista, a partir da década 1990, como um fato que perdeu força. O debate, então, voltou-se para a compra de terra, gerando uma ampla discussão sobre um novo modelo de Reforma Agrária racional, o qual não apresentaria conflitos e quando as famílias seriam chamadas para negociar de forma pacífica e diretamente com o proprietário. Nesse paradigma, os proprietários não seriam prejudicados, de acordo com Silva (2012), pois eles recebem uma soma em dinheiro mediante a venda.

O Programa é direcionado principalmente para regiões mais pobres, como atesta Silva (2012), quando diz que

a reforma agrária de mercado é um modelo que não altera a estrutura fundiária no Brasil. Ao contrário, serve prioritariamente para esvaziar o processo de luta pela terra, apaziguar o campo e deslegitimar os movimentos camponeses. Essa política expande-se para as regiões mais pobres, onde a agricultura não tem tanta expressão do ponto de vista do mercado, beneficiando basicamente grandes proprietários falidos que vendem suas propriedades às famílias agricultoras, via crédito fundiário. (SAUER, 2010; RAMOS FILHOS, 2008 apud SILVA, 2012, p. 82)

Segundo Silva (2012), há uma justificativa de que 70% da pobreza mundial se encontram no meio rural. Desse modo, é necessário buscar formas e alternativas de acesso a terras com custos mais baixos que a reforma tradicional. Conforme Silva (2012),

Os programas que se inserem nas políticas impulsionadas pelo o Banco Mundial, onde o Estado tem papel central, faz a defesa dessas críticas. Passa a operar com a seguinte lógica: os demandantes de terra e os que se dispõem a disponibilizá-la se encontram no mercado e negociam suas necessidades e interesses. (SILVA, 2012 p.30)

O que antecede ao Programa de Reforma Agrária de Mercado é uma história de luta, marcada por violência, praticada pelo Estado e pelos grandes proprietários de terras. Silva (2012), sobre isso, declara que

A violência no campo não envolve apenas o problema terra, o desejo de ter um pedaço de terra para sobreviver por conta própria, mas da recusa dos trabalhadores

rurais em aceitar formas antigas de dominação pessoal, a chamada violência institucional representada pela falta de direitos políticos e sociais. (SILVA, 2012 p.88)

De um modo geral, o Programa de Reforma Agrária de Mercado fez com que os outros modelos de reforma agrária perdessem um pouco seu espaço na luta pela terra, visto que as famílias não precisariam passar pelos acampamentos nem ficar sob a “lona preta”, processo penoso comum na luta para se adquirir um pedaço de terra (SILVA, 2012).

De acordo com Silva (2012), percebe-se, no século XXI, um abandono da estratégia de assentamento de famílias, via desapropriação de terras, em função da liberação do empréstimo do Banco Mundial para financiamento de compra de terras. Silva (2012) enfatiza, ainda, que o investimento na reforma agrária para uma política de distribuição de terra só foi possível diante de uma conciliação do governo com as classes dominantes, garantindo, assim, o fortalecimento do mercado de terras.

O primeiro mandato do governo FHC foi marcado por grandes ocupações de terras. Já no segundo mandato, fizeram-se necessárias criações de programas que diminuíssem os conflitos por terras com o objetivo de controlar a situação agrária. A partir desse momento, percebe-se a presença de uma problemática que envolve o campo agrário, ou seja, no primeiro mandato do governo FHC haveria uma ação positiva: a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Mas, diante das medidas repressivas tomadas pelo governo FHC – a criminalização dos movimentos sociais e das ocupações de terras –, foram muitos os acontecimentos que contribuíram para as mudanças do Campo Agrário. O governo começou a tomar medidas, colocando a Polícia Federal para controlar as ações dos movimentos sociais, e deu início à criminalização dos movimentos sociais. Segundo Silva (2012, p.22), nesse momento, chamado de “o processo de criminalização dos movimentos sociais” deu início “à aplicação do modelo de reforma agrária de mercado”.

Ainda no governo do FHC, foram criados quatro programas de compra e venda de terras. No Ceará, foi criado o programa Reforma Agrária Solidária, do projeto Piloto São José (PSJ), o qual foi criado em 1996 e liberado em fevereiro de 1997. Com mesma proposta foi criado, na região Nordeste, o projeto piloto de Reforma e Alívio da Pobreza (ou Célula da Terra – PCT), que funcionou até o final do mandato FHC.

O programa Banco da Terra (BT) foi criado em 1999 e funcionou até 2003, com o apoio do Banco Mundial. Foi nesse mesmo período que o governo Lula instituiu o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), em substituição aos programas BT e o PCT.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário foi criado em 2003, mas, Segundo Silva, “evidências permitem afirmar que a concepção do PNCF é a mesma dos programas anteriores (PSJ, PCT, BT, CFCPR), se constituindo apenas numa troca de nomes” (SILVA, 2012, p.23).

De acordo com Silva (2012), esse programa contou com o apoio do governo e dos movimentos sindicais. Isso aconteceu no primeiro mandato do governo de Lula. A autora ainda cita que

A partir do ano de 2003, já no primeiro mandato do governo de Lula (2003-2006), por meio de parceria CONTAG, MDA e SRA e Banco Mundial, é criado o programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), estruturado em duas linhas de financiamento, Combate à pobreza Rural (CPR) e consolidação da Agricultura Familiar (CAF). (SILVA, 2012, p.25)

No final do ano de 2008, ainda no governo de Lula, o programa Nacional de Crédito fundiário transforma-se em política pública. Isso ocorre quando o Banco Mundial encerra o acordo de empréstimo. Desse momento em diante, o programa passa a funcionar em todas as regiões Brasil como uma política de acesso a terra.

O Programa de Crédito Fundiário é executado pelo Governo Federal em parceria com os Estados, segundo Silva (2012, p. 26), “por meio da assinatura de instrumento de parceria e acordos de cooperação técnica com os estados participantes, bem como a participação dos movimentos sindicais (CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e FETRAF, Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura)”.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário visa ao bem estar das famílias com ações que buscam melhorar sua qualidade de vida, o que, segundo Silva (2012),

é o conjunto de ações que visa por intermédio de Crédito a promoção do acesso à terra e investimentos básicos e produtivos, que permitam estruturar os imóveis adquiridos com recursos do fundo de terras e da Reforma Agrária, instituído pela lei complementares nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. (PNCF, 2010, p.9 apud SILVA, 2012, p. 25)

Esse programa é uma política pública complementar à reforma agrária e o seu principal objetivo é diminuir a pobreza rural e melhorar a qualidade de vida das famílias. Além de permitir a compra da terra, o programa também disponibiliza recursos para o beneficiário estruturar seu imóvel.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário é realizado com avaliação e aprovação das propostas dos conselhos Estaduais, Regionais ou territoriais de desenvolvimento Rural sustentável (SILVA, 2012).

Nos últimos anos, o Programa Nacional de Crédito Fundiário expandiu-se de forma rápida. Conforme Silva (2012, p. 30), “essa expansão também é assegurada pela legitimidade dada ao PNCF por organizações sindicais nacionais, explicitada na gestão do programa pela CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e FETRAF”.

Pode-se dizer que o Programa Nacional de Crédito Fundiário não visa apenas à democratização da terra para as famílias que trabalham nela, mas busca, também, uma transformação econômica, social, política e cultural, tornando produtiva a terra adquirida e garantindo a sobrevivência dessas famílias (SILVA, 2012).

Quando as famílias adquirem suas terras, passam a alimentar sonhos de um futuro bem melhor: “plantam muitas esperanças em um futuro melhor, com perspectivas de uma vida livre da dominação e da exploração” (SILVA, 2012 p.73). Percebe-se, assim, a realização do sonho de possuir um pedaço de terra para plantar e colher e, desse modo, garantir a sobrevivência.

Com isso,

A demanda social por terra para nela trabalhar, o desejo de possuir a terra, sonho de serem “donos” da terra, plantar em, administrarem o próprio trabalho revelam capacidade que a linha CPR do PNCF tem em atrair o público potencial da reforma agrária. (SILVA, 2012, p. 66)

Visto como uma reforma racional, sem conflito nem luta física pela terra, o Programa Nacional de Crédito Fundiário apresenta uma forma de negociação entre o proprietário e as famílias que pretendem adquirir as terras. Mas, segundo Silva (2012), para o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), “esse modelo expressa um projeto de conciliação entre trabalhadores pobres, camponeses e agronegócio, bem como contribui para ganhos dos proprietários de terras falidos, em particular no semiárido” (SILVA, 2012 p.80).

Ainda de acordo com Silva (2012), o Programa Nacional de Crédito Fundiário vem se diferenciando do programa de Reforma Agrária tradicional. Nesse sentido, a respeito da desapropriação feita pelo INCRA, “O PNCF foi concebido como estratégia complementar aos outros programas de reforma agrária e reordenação fundiária, por possibilitar a incorporação de áreas que não poderiam ser contempladas por outros mecanismos” (SILVA, 2012, p. 25).

As ações do Programa Nacional de Crédito têm favorecido a geração de renda, principalmente, na região Nordeste, da população que vive em situação de pobreza e não possui terra. Porém, há uma crítica forte em relação ao programa devido a seus altos custos.

Isso porque “os críticos do acesso a terra via desapropriação de terra do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) condenam neste modelo em virtude de seus altos custos” (LEMOS 2003, p. 43 apud SILVA 2012, p.29).

Fora as críticas ao programa, há um elemento a ser destacado, o fato de que ele é executado em parceria com os órgãos Estaduais. Um exemplo a ser citado, no caso da Paraíba, é o INTERPA – Instituto de Terra e Planejamento Agrícola da Paraíba. Este sempre vem auxiliando os trabalhadores rurais que decidem adquirir suas terras através do Programa Nacional de Crédito Fundiário, disponibilizando dados com os números dos beneficiados. Segundo Silva (2012), “no Estado da Paraíba, no período de 2003 a 2010, de acordo com os dados disponibilizados pelo INTERPA (2011), o número de operações aprovadas foram 353, atendendo a 3.280 famílias, numa área de 75.779,78 hectares” (SILVA, 2012, p. 15).

O Programa Nacional de Crédito Fundiário funciona da seguinte maneira: inicialmente, a adesão deve acontecer de forma coletiva. As famílias interessadas formam uma associação e, por meio de associação, formam um grupo com objetivos em comum. Essa associação atua como pessoa jurídica para resolver os problemas ou negociar sua dívida da melhor maneira possível junto ao órgão responsável (SILVA, 2012).

Conforme Silva (2012), as etapas normativas do programa são as seguintes: preparação do projeto para a compra de terra, SAT (Subproduto de Aquisição da Terra); projeto produtivo que os agricultores vão tocar inicialmente, SIC (Subproduto de Infraestrutura Comunitária); homologação da proposta pela Câmara Técnica e pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). Só a partir desse momento o processo pode ser encaminhado ao banco, quando é feita a liberação do recurso. Vale salientar que essas quatro etapas não podem passar do prazo máximo de 120 dias (SILVA, 2012, p. 64).

As famílias interessadas também contam com o apoio de órgãos responsáveis pelo processo e com entidades de representação, como a CONTAG e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, bem como da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), que “publicou uma cartilha informando os 12 passos para uma reforma agrária de sucesso” (CONTAG, 2011, p. 22-23 apud SILVA 2012, p. 66).

Nesse contexto, o primeiro passo é conhecer o PNCF; segundo, escolher a terra; terceiro, organizar sua associação, caso seja um financiamento coletivo; quarto, obter apoio para elaboração da proposta técnica; quinto, apresentar proposta elaborada ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS); sexto, encaminhar proposta

para análise na Unidade Técnica Estadual (UTE); sétimo, análise da proposta no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS); oitavo, análise pelo Banco; nono, assinatura dos documentos de compra e venda da terra; décimo, pagamento das taxas relacionadas à transferência do imóvel; décimo primeiro, elaboração e implementação dos projetos produtivos e; décimo segundo, após três anos, inicia-se o pagamento dos financiamentos (SILVA, 2012).

Conforme dito acima, o Programa Nacional de Crédito Fundiário tem por objetivos diminuir os conflitos sociais por terras e combater a pobreza rural. Nesse sentido, de acordo com Silva (2012), o programa oferece duas linhas de financiamento: o combate à pobreza rural e a consolidação da Agricultura Familiar.

Embora de maneira complementar, as linhas funcionam de maneira diferente. A linha de combate à pobreza Rural atende aos trabalhadores rurais sem terra. A outra, que é a consolidação da Agricultura Familiar, atende a pequenos produtores rurais com acesso precário à terra. Além disso, a linha de financiamento de combate à pobreza (CPR) rural foi criada com objetivo de atender as famílias de forma coletiva.

Já a outra linha, que é a consolidação da agricultura familiar (CAF), está voltada para atender de forma individual os pequenos produtores rurais.

A linha mais procurada no Nordeste é a de Combate à Pobreza Rural (CPR). Já nas regiões Sul e Sudeste, a linha que predomina é a da Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) (SILVA, 2012).

Como vimos, na região Nordeste, a maior parte da população beneficiária do programa é atendida pela linha de financiamento de combate à pobreza rural. Assim, percebe-se um diferencial substancial entre a região Nordeste com relação à região Sul, pois, “na linha de combate à pobreza rural (CPR) do PNCF, 93% de seus beneficiários estão na região Nordeste” (SILVA, 2012, p.14).

Ainda, existe um prazo para as famílias pagarem suas terras adquiridas através do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Segundo Silva (2012),

O prazo do financiamento do crédito fundiário é de até 20 anos para pagar, incluindo dois anos para se iniciar o pagamento. É um financiamento que vem com rebate de até 40% de desconto no valor da parcela, desde que os pagamentos sejam feitos em dia (Manual..., 2011, p. 17 apud: SILVA, 2012, p. 33).

1.2 Programa Nacional de Crédito Fundiário na Região do Semiárido Nordestino

Na Paraíba, o Programa Nacional de Crédito Fundiário foi implantado em fevereiro de 2003 e sua primeira ação aconteceu com recursos do Banco Terra, devido à grande demanda social por terra (SILVA, 2012).

Nesta região, segundo Silva (2012), “no Cariri Ocidental, no município de Amparo e em Sumé a instalação do primeiro projeto só se deu no mês de dezembro de 2004” (SILVA, 2012, p. 61).

Os assentamentos que foram adquiridos através do Programa Nacional de Crédito Fundiário no município de Sumé, entre 2004 a 2007, de acordo com Silva (2012), foram nove, o que corresponde a 133 famílias. A primeira propriedade vendida pelo programa foi a Fazenda Passagem Rasa I e II, no ano de 2004.

Pode-se destacar que alguns assentamentos do Cariri Paraibano comercializam o leite de cabra para o programa de leite do governo Estadual. Esse é caso do Assentamento Fazenda Mata, localizado no município de Amparo, do qual comercializam leite de cabra para a usina do município de Amparo. Segundo Silva (2012), “a caprinocultura é uma atividade tradicional no Cariri, pois os animais são bastante resistentes e bem adaptados às condições do ambiente” (SILVA, 2012, p. 70).

Uma questão central que o semiárido apresenta, de acordo com Silva (2012), são as condições dos assentamentos rurais, marcadas pela ausência de serviços como saúde e educação, sem contar que os assentamentos não dispõem de políticas ou de alternativas para enfrentar os períodos de seca.

Portanto, é importante ressaltar que o Programa Nacional de Crédito Fundiário aconteceu devido a uma grande demanda social por terra. Desse modo, segundo Silva (2012), “o município de Sumé – Paraíba – foi pioneiro na elaboração das propostas do PNCF no Cariri”. Isso revela uma forma pacífica de negociação por das famílias com os proprietários da terra sem que nenhuma das partes seja prejudicada e também apresentou uma nova alternativa de geração de emprego através da oferta de produtos agrícola.

2 OCUPAÇÕES DE TERRAS POR MOVIMENTOS *SEM TERRA* E A CRIAÇÃO DA GRANDE FAZENDA MATA

2.1 O processo de ocupações e afirmação das grandes fazendas no Cariri Paraibano

Antigamente, o processo de ocupação, de acordo com Moreira (1990, p. 1), não apresentava resistência por parte dos nativos. Eles chegaram, inclusive, a colaborar com o corte e embarque do pau-brasil. Com o passar do tempo, esse comportamento foi modificado devido à intensa colonização e à expansão da cana de açúcar. A posse da terra começou, então, a ser ameaçada quando os nativos abandonaram o comportamento passivo e passaram a lutar contra a expropriação de suas terras e a dominação do povo.

As ocupações de terras contribuíram para o desenvolvimento de atividades econômicas, quando, de acordo com Moreira (1990), ocorreu uma divisão entre as atividades agrícola e pecuária. A Zona da Mata, pois, voltou-se para a produção de açúcar e o interior, agreste e sertão para a criação de gado.

Para se compreender a exploração da cana de açúcar no litoral paraibano, é necessário compreender o processo de formação do espaço agrário, pois, segundo Moreira (1990, p. 2), “quando os holandeses conquistaram a Paraíba, em 1634, já encontraram uma estrutura agrária implantada a qual se voltava para o abastecimento do mercado europeu de açúcar”.

De acordo com Moreira (1990), os engenhos de cana de açúcar foram responsáveis pela destruição de grande parte das florestas tropicais nos séculos XVI e XVII, visto que consumiam muita lenha. Afinal, “não se sonhava ainda, na época, em se utilizar como combustível o bagaço da cana, em utilização já rotineira nas colônias inglesas, francesas e holandesas” (MOREIRA, 1990, p. 5).

O desenvolvimento da Zona Mata foi, de acordo com Moreira (1990), responsável pela criação da segunda atividade econômica, a qual se estendeu de forma rápida para o interior do sertão da Paraíba: a criação de gado. Essa atividade se desenvolveu “em função do abastecimento de animais de tiro”. Não era somente o abastecimento de carne para engenhos, mas também para os grandes centros urbanos do litoral.

No final do século XVIII, o sertão paraibano contava com a formação de muitas fazendas voltadas para a criação de gado e, conforme Moreira (1990), desenvolvedoras da “pecuária ultraextensiva em campo aberto”, com o gado solto devido a pastagens da região. Segundo Moreira (1990, p. 6), “a existência de uma estação seca prolongada e utilização de técnicas de criação muito rudimentares necessitava de muitos hectares para alimentar uma rês. Daí a organização da atividade em grandes propriedades: as ‘fazendas’”.

Como ressalta, ainda, a autora, para que acontecesse um crescimento da pecuária, foram importantes alguns fatores como construir uma casa, preparar os currais e ter um apoio necessário para o crescimento dos animais.

Outro fato crucial é que, segundo Moreira (1990), além dos roçados, os trabalhadores dispunham da carne e do leite para sua alimentação e utilizavam o couro para a confecção de alguns produtos e utensílios domésticos. Vale destacar que o pagamento ao vaqueiro que tomava de conta da Fazenda era feito com um quarto da produção da propriedade. Outra forma, também, era efetuar o pagamento em quatro ou cinco anos. Desse modo, “o vaqueiro recebia, então, de uma só vez um grande número de animais, suficiente para permitir sua instalação por conta própria em terras que ele comprava ou arrendava” (MOREIRA, 1990, p. 6).

Segundo (Moreira 1990), a partir segunda metade do século XVIII, um novo produto começa a ocupar espaço na economia sertaneja, o algodão, planta utilizada para a confecção do tecido. De acordo com Moreira (1990, p. 7), o Nordeste estava se transformando na principal região algodoeira do país e os fatores que ajudaram na expansão do algodão no Sertão o tornaram uma nova fonte de renda para os proprietários que viam na pecuária sua única alternativa. Segundo a autora, o algodão “foi explorado tanto pelos grandes proprietários como pelos foreiros e parceiros e não implicou, portanto, em retração da agricultura alimentar”. Além do que, o “restolho” do algodão passou a ser utilizado como complemento na alimentação bovina nos períodos de seca, ou seja, passou a ser uma atividade complementar à pecuária.

Moreira (1990, p. 7) declara que “o fim da ‘febre do algodão’ não significou, porém, a supressão da atividade; Esta irá restringir-se aos limites do Sertão e do Agreste, consolidando no Sertão sua coexistência com a pecuária” (MOREIRA, 1990, p. 7).

Nos finais da década de 60, “volta a região às suas antigas combinações agrícolas: culturas de subsistência, algodão e pecuária. Esta última sendo fortemente impulsionada pela SUDENE, que acabava de ser criada” (MOREIRA, 1990, p. 9).

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), então, é criada com objetivo de promover um desenvolvimento para a região Nordeste, pois havia a ideia de que a região não estava se desenvolvendo na mesma proporção que o Centro-Sul do Brasil. Por isso, fez-se necessário, assim, haver uma intervenção do Estado com recursos da SUDENE (OLIVEIRA, 2014).

A SUDENE, criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, buscou coordenar o desenvolvimento da região e foi uma conquista importante para as pessoas que moravam na região Nordeste. A partir de sua concepção, o órgão tentou diminuir as diferenças entre as regiões Nordeste e o Sul-Sudeste. Mas, de acordo com Oliveira (2011), com o tempo a SUDENE falhou, pois os empregos criados não foram suficientes para resolver os problemas, como a migração e a concentração de renda. Portanto, nada mudou.

Houve uma série de denúncias com relação ao recurso da SUDENE, entre elas, a existência de trabalhadores fantasmas e a construção de fazendas para os “coronéis”. A SUDENE, assim, foi fechada em maio de 2001, a partir dessas denúncias de que o órgão estava favorecendo clientelas específicas. De acordo com o filho do administrador, a Fazenda Mata, por exemplo, foi construída com recursos da SUDENE: *“tudo que foi construído lá foi graças aos recursos da SUDENE”*.

1.2 A trajetória da terra onde fica localizado o Assentamento Fazenda Mata

As terras onde está localizado o Assentamento Fazenda Mata passaram por uma trajetória anterior a sua construção como Fazenda. Segundo o senhor Antônio¹:

No primeiro momento era uma grande propriedade que só havia mata, que pertencia ao senhor Leôncio, que também era dono das terras que hoje é Bananeira, o distrito do Município de Sumé – Paraíba. (Antônio, ex-vaqueiro da propriedade; tomava conta das terras)

Então, de acordo com a fala do ex-vaqueiro, pode-se perceber que esta propriedade foi herdada. Seu primeiro dono decidiu doar as terras para seu genro Salvino Marcos, natural de Livramento – Paraíba, segundo conversas com o mesmo.

As terras passaram a ter um dono, que, de acordo com a entrevista com o Sr. Antônio, logo chamou um vaqueiro para tomar conta daquelas terras. Contudo, com o passar do tempo e devido a sua idade e a de sua esposa, decidiu vender as terras.

¹ Nome fictício, escolhido aleatoriamente como forma de garantir a preservação da identidade do entrevistado.

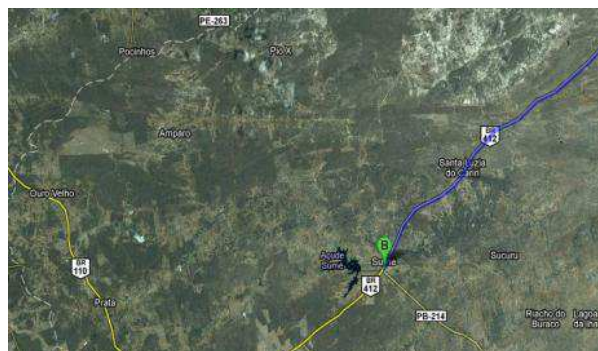
Segundo o Sr. Antônio, *“Ele não tinha família. Era ele e uma velha e não podia trabalhar, então vendeu as terras para o terceiro”*.

Dessa forma, as terras foram vendidas para Junior², ou seja, um terceiro, o qual, de acordo com o Sr. Antônio, não tinha vontade de ficar com aquelas terras, decidindo, então, vender para o antigo dono da Fazenda Mata, que passa a ser o quarto dono daquelas terras.

A conversa com o Sr. Antônio esclareceu que o quarto dono, ou seja, o antigo dono da Fazenda, quando comprou as terras, começou a investir nelas, construindo a Fazenda, com duas casas, escola e currais. Tudo isso teria sido construído com recursos da SUDENE.

Em busca de informações sobre a propriedade, foi encontrado o filho do primeiro morador (e também administrador) do local. Ele nos relatou que as terras, onde hoje fica o Assentamento Fazenda Mata, foram compradas em 1971. Nesse mesmo ano, também começaram a ser construídos a Fazenda Sede, a casa do administrador, o curral, duas casas, a escola e um açude.

Mapa 1 – Região do Assentamento Fazenda Mata, Amparo – PB



Fonte: www.google.com.br

As terras em questão começaram a ganhar valor depois das construções e, desse modo, começa a se pensar em um nome para a Fazenda. Devido à grande mata virgem presente no local, foi escolhido o nome Fazenda Mata.

Segundo o Sr. Pedro², um dos moradores,

A origem do nome Fazenda Mata se deu porque havia uma grande mata virgem, muitas plantas que hoje estão extintas. Um exemplo que pode ser citado é baraúna, quixabeira, que ainda podem-se ver algumas aqui no assentamento. Esse nome, 'Fazenda Mata', é por conta da mata que existia na antiguidade aqui.

² Nome fictício, escolhido aleatoriamente como forma de garantir a preservação da identidade do entrevistado.

Senhor Pedro, que também faz parte da organização dos sócios moradores do assentamento, afirma que há uma área preservada com essas baraúnas. De acordo com ele, as Baraúnas fazem parte da antiguidade, ou seja, está lá desde os antepassados.

Foto 1 – Baraúnas da Fazenda Mata



Fonte: Acervo próprio – Aparecida B.de Souza

O morador Pedro, inclusive, fala-nos com orgulho da árvore presente na Fazenda Mata. Essa mata encantava, pois ainda não tinha ocorrido o desmatamento, e era considerada uma “mata virgem”. Ele diz:

Só se via mata neste lugar. Era uma ramagem só. Aqui debaixo parecia que era de noite, era uma coisa mais linda; ninguém via a luz do sol por debaixo, era só sombra. A ramagem era de baraúnas, aroeira, quixabeira, mas quando os homens vieram querendo fazer pastagem, só destruir, porque vantagem não teve. Você desmata uma parte para você trabalhar, isso não tem problema, mas acabaram com as plantas nativas. Ainda bem que existe alguma aqui e a gente luta para preservá-las. (Pedro)

A terra que hoje é o Assentamento Fazenda Mata era considerada um berço de ouro. Oferecia trabalho a muita gente, principalmente às pessoas que moravam na Caiçara e nas regiões vizinhas. Essa gente trabalhava, principalmente, cortando madeiras. Outras aproveitavam a pastagem para criação de gado.

Em conversa com o filho do administrador, descobrimos que o antigo dono da Fazenda Mata gostava de comprar terra e construir,

Pois a Fazenda Mata foi baseada em um modelo de uma fazenda que existe no Estado de São Paulo. Suas Fazendas tinham beleza que encantavam. Um exemplo que pode ser citado é uma música de Luiz Gonzaga, que fala das belezas da

Fazenda Serrote Agudo, que ele construiu: Quem conhecia Serrote Agudo se encava por sua beleza. (Carlos)³

Esse antigo dono construiu uma escola que funciona até hoje no assentamento. Ele tinha uma preocupação com as pessoas que moravam em sua Fazenda, por isso fez questão de construir a escola para alfabetizar essa gente. Segundo Carlos, a escola

Foi muito bem construída. O antigo dono da Fazenda Mata se preocupou com a educação das pessoas que moravam ali: o mais provável era que quem dava aula na escola era uma filha do administrador.

Com o passar do tempo, o antigo dono da Fazenda Mata foi arrumando pessoas para trabalhar e morar lá Fazenda. Com o trabalho do meu pai na Fazenda nós compramos este pedaço de terra e construímos nossa casa. Hoje, graças a Deus, temos nossa terra, aqui perto do assentamento.

Todas as fazendas antigamente usavam esse sistema, que ainda está presente na sociedade rural. O antigo dono da Fazenda Mata procurava plantar para garantir a sobrevivência dos animais e foi através do sistema de produção. De cada animal que nascia, um era do administrador. Depois ele comprou um pedaço das terras e construiu sua casa. (Carlos)

A criação de animais sempre foi um meio que as famílias achavam para garantir sua sobrevivência. De acordo com a entrevista do Senhor Carlos, na Fazenda Mata se planta um pouco de tudo, plantações que garantam, principalmente, a sobrevivência dos animais, como a palma forrageira e o capim, que servia de ração para o gado e os cavalos. Ainda afirma Sr. Carlos:

O antigo dono da Fazenda Mata era considerado pelas pessoas que moravam na Fazenda. Uma pessoa boa, sempre ajudou ao seu morador.

Meu pai era responsável por tudo na fazenda, por conta dele [dono da fazenda] ser uma pessoa muito ocupada. Ele tinha fazendas em outro Estado e também em regiões vizinhas. Ao todo, ele tinha seis fazendas: Serrote Agudo, Fazenda Lajinha e duas Maranhão. (Carlos)

Na Fazenda havia muitas atividades. Entre elas, a mais desenvolvida era a criação de animais. Assim como o gado e também existia a criação de cavalos. De acordo com a entrevista ao morador, descobriu-se que

o antigo dono se encantava pelos famosos cavalos de raça que ele tinha na sua Fazenda.

Vendeu a Fazenda Mata para a associação. A estrutura do curral ainda não tinha sido terminada, faltava a cobertura. Tudo era bem organizado e bonito. (Carlos)

Portanto, a trajetória das terras, que hoje são a Fazenda Mata, antes de serem compradas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, passou por momentos importantes. No primeiro momento, era uma propriedade que só tinha terra e pertencia ao senhor Leôncio. Quando as terras foram compradas pelo quarto dono, ou seja, o antigo dono da Fazenda Mata, é que começa a construção da Fazenda, que garantiu a sobrevivência da família de seu José,

³ Nome fictício, escolhido aleatoriamente como forma de garantir a preservação da identidade do entrevistado.

primeiro morador e administrador. Este criou todos os seus filhos nessa Fazenda e era considerado o braço direito do antigo dono da Fazenda Mata.

3 A FAZENDA MATA E O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO

3.2 A fazenda após ser adquirida pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário

A Fazenda Mata, a partir do momento em que foi vendida pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, veio beneficiar vinte e nove famílias. E essa história marcou a vida de muitas pessoas que viveram nas regiões em que hoje se encontra o assentamento. Essa gente viu naquelas terras uma oportunidade de construir sua sobrevivência e a de seus familiares.

No decorrer deste capítulo, é ressaltada a trajetória do Assentamento Fazenda Mata como forma de mostrar suas lutas para transformar aquelas terras em produtivas e construir um verdadeiro exemplo de sustentabilidade e vida comunitária, logo que a fazenda é adquirida pelos trabalhadores através do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o território onde fica localizado o assentamento é pertencente ao município de Sumé – PB. Todavia, as famílias, moradoras do local, trabalham no município de Amparo – PB, e lá procuram os serviços de saúde e educação, segundo informações dos assentados.

A história de aquisição das terras da Fazenda Mata começa quando três trabalhadores do município decidem formar uma associação, em 2004. De acordo com Silva (2012), para se conseguir adquirir as terras com recursos do Programa Nacional de Crédito Fundiário, é necessário se organizar uma associação. Então, os três trabalhadores saíram à procura de famílias que não possuíam terras para se associar com eles. Assim, no dia 13 de dezembro de 2007, eles adquirem a Fazenda Mata através do PNCF, conforme afirmou o Sr. José⁴, entrevistado.

Antes da aquisição da Fazenda Mata, o primeiro passo foi formar uma associação com vinte e nove sócios para comprar a Fazenda da Cigana, que fica próxima ao sítio Santo Agostinho, pertencente a Sumé. Porém, a tentativa não obteve êxito. Logo depois, a os associados também tentaram adquirir a Fazenda Rosário, mais conhecida com a Fazenda de Zé Coutinho. José, em entrevista, ressalta:

⁴ Nome fictício, escolhido aleatoriamente como forma de garantir a preservação da identidade do entrevistado.

Nós tinha formado uma associação p'ra comprar a Fazenda Cigana, que fica localizada perto do Sítio Santo Agostinho, mas não deu certo. Depois fomos lá pra Zé Coutinho. Também não deu certo. Então procurei o antigo dono Fazenda Mata e ele disse que não tinha propriedade pra negócio e perguntou: “mas vocês têm dinheiro p'ra comprar minha propriedade?” Então falei: “nós não temos, mas temos um Governo que financia terra p'ra quem não tem”. (José)

Quando decidiram procurar o antigo dono da Fazenda Mata, pois ouviram um comentário de que sua família estava interessada em vender a propriedade, houve uma brincadeira do antigo dono, que argumentou: “*mas você tem dinheiro p'ra comprar minha propriedade?*”. O associado falou que não tinha, mas a associação dos Produtores Rurais do Sítio Caiçara, Amparo – PB, estava interessada em iniciar um trabalho coletivo e o Governo possuía recursos para quem desejava adquirir uma propriedade legalmente, negociando com o proprietário e o interessando. O governo financiaria para o grupo interessando em comprar as terras.

Então, a associação contou com a ajuda do pessoal do INTERPA (Instituto de Terra e Planejamento Agrícola da Paraíba). Os associados fizeram uma reunião com a família do antigo dono Fazenda Mata, que achou melhor vender as terras, pois o então proprietário já estava idoso. Logo em seguida, começam as negociações, as quais, posteriormente, serão concretizadas, como se percebe na fala seguinte:

A parti daí começou a negociação e foi o seguinte: a propriedade era muito cara devido à estrutura. Até muitos recursos, que cabia vir dentro do projeto, nós tivemos que tirar alguns recursos. (Pedro)

A associação e o INTERPA acharam melhor chamar um projetista, já que a propriedade era bem estruturada. Ela era toda cercada com divisão de arame, e possuía um curral que, de acordo com o entrevistado, Sr. Pedro, é considerado um dos bem mais estruturados do Cariri Paraibano.

Cada família que mora no assentamento possui uma parte delimitada para colocar seus animais no curral e, de acordo com Pedro, cada uma é responsável por limpar esta parte. O curral atende de forma coletiva, pois como mostram as fotos a seguir, ele apresenta divisão: cada família tem sua parte para prender seus animais.

Foto 2 – Curral coletivo



Fonte: Acervo próprio – Aparecida B.de Souza

No início surgiu certa dificuldade na hora da negociação, pois a associação só contava com apenas vinte sócios. Dessa forma, tiveram que aumentar o número de sócios para que o recurso pudesse atingir a meta do valor da propriedade. Assim, o projeto precisaria de vinte e nove famílias para contemplar a aquisição da Fazenda Mata.

De acordo com o entrevistado, Sr. Pedro, no momento de escolher as pessoas que se associariam, a associação criou algumas regras, como o fato de que essas pessoas não poderiam apresentar “problemas pessoais” para não trazer problemas mais tarde para o grupo de pessoas que viria morar no assentamento.

Tudo o que existia na propriedade era particular: energia, forrageira, açudes de um bom porte. Isso valorizou a propriedade, que custou quinhentos mil e onze reais. Todos os anos eles pagam para a INTERPA uma parcela de 600 Reais.

Assim que a Fazenda foi adquirida pelo programa, só havia três casas no local, além da fazenda sede. Segundo o Sr. Pedro, até que tentaram dividir a fazenda sede para duas famílias, mas, devido à estrutura estar muito acabada, não foi possível morar ninguém na construção. Além disso, já em 2007, logo de início, foram três famílias para a propriedade. No ano seguinte, depois das casas construídas, as outras famílias vieram morar no local. De acordo com Sr. Pedro, o programa o ajudou no sonho de possuir um pedaço de terra e uma casa própria: *“graças ao recurso do programa a gente construiu o resto das casas que faltava para que todas as famílias tivessem sua casa”* (Pedro).

O Projeto seguia um padrão de casa igual para todos, medindo 7 m x 6 m. Com o tempo, quem quisesse aumentar o tamanho de sua casa, agia por conta própria. Segundo o Sr. Pedro, ninguém desistiu da iniciativa; são as mesmas famílias do início da associação até hoje.

Sendo assim, o Programa Nacional de Crédito Fundiário ofereceu recursos para que as famílias pudessem construir suas casas e reformassem as cercas com arame. Conforme o morador Pedro:

A partir daí o projeto vem com recursos para que nos pudéssemos reformar as cercas e para fazer as casas. Construimos a casa de todos. Todos têm sua casa própria e tudo foi feito de acordo com o projeto que veio. E eu sei que para nós vem sendo uma luta e, graças a Deus, todos estão situados, com sua área de terra. São 16 hectares para cada um. Não é satisfatório, mas foi por conta do valor da propriedade, porque o mínimo para sobreviver no Cariri é 50 hectares no semiárido. Mas, graça a Deus, que 'tá todo mundo satisfeito com o que tem".
(Pedro)

Foto 3 – Casas das famílias da fazenda



Fonte: Acervo próprio – Aparecida B.de Souza

3.2 Projeto Água Doce no Assentamento Fazenda Mata

No ano de 2010, o assentamento obteve uma grande conquista através de um programa do Governo do Estado da Paraíba, chamado “Água Doce”. O programa veio beneficiar as famílias que moravam naquelas terras, garantindo uma boa qualidade de vida através da água de beber.

A opção pelo uso da água subterrânea, com uma fonte purificada, passou a ser vista como uma política de acesso a água. Segundo Moura (2012, p. 9), “o acesso às águas subterrâneas em profundidades maiores ou em formações rochosas, através de perfuração de poços, exige a utilização de equipamentos e máquinas específicas, as perfuratrizes, com especificidades distintas, ou seja, para uso em solos de formação sedimentar e para uso em formação cristalina”.

Se a água não for tratada é considerada imprópria para o consumo humano. Além disso, é necessária a ajuda da tecnologia com o uso de um equipamento que retire seu sal:

Uma alternativa da ação governamental visando melhor o aproveitamento das águas salinas e salobras desses poços foi a instalação de dessalinizadores. Equipamentos que têm a capacidade de retirar os sais de parte da água processada, fornecendo uma água de boa qualidade, potável. (MOURA, 2012, p. 9)

O projeto Água Doce é muito relevante para a região, que visa à melhoria da saúde. O objetivo do programa era, no mínimo, abranger cerca de 500 famílias na região e no assentamento. Porém, como não havia esse número de famílias, uma estratégia do presidente da associação do assentamento, naquela época, foi sugerir uma proposta de abrangência aos Agentes Comunitários de Saúde das regiões vizinhas. Esse presidente revela:

Nós procuramos o pessoal do distrito de Pio X, de Sumé – Paraíba, Poço do Boi (sítio pertencente ao município de Amparo), Lagoa do Meio, Olho d’Água dos Caboclos e Pelelê para poder atingir a demanda do projeto. Fazendo isso, o projeto foi colocado em prática. O projeto de água doce é considerado um investimento na saúde das pessoas que moram no assentamento.

Segundo Moura (2012, p. 18), “existe relato por parte da comunidade de que, antes do dessalinizador, uma estratégia para as pessoas consumirem a água salobra do poço era resfriando-a ao máximo, “botava para gelar”, aliviando assim a sensação de salinidade”.

O projeto foi efetivado e hoje em dia todas as famílias têm garantida água de qualidade. As famílias, igualmente, se organizam de forma coletiva para contribuir com o desenvolvimento do assentamento em relação ao projeto de água doce. De acordo com Moura (2012, p. 17), “a disponibilidade de água diária para a comunidade vai depender de três fatores: da vazão do poço (volume de água por hora), da capacidade de processamento do dessalinizador em produzir água potável e da quantidade de famílias a serem beneficiadas”.

Como ressalta, ainda, Moura (2012, p. 18), “a água potável obtida através do processo de dessalinização é disponibilizada à população, por meio do chafariz, em cotas de água por família, cujo volume ficou estabelecido no Termo de Acordo”.

Segundo Moura (2012), existe um processo por que a água passa até se tornar potável e considerada própria para o consumo humano:

No primeiro momento, o sistema de dessalinização torna a água potável, em outra etapa o efluente do dessalinizador (concentrado), solução salobra ou salina, é destinado para tanques de criação de peixes (tilápia); na etapa seguinte, parte da água dos tanques de criação do peixe, enriquecida em matéria orgânica, é utilizada para a irrigação da erva-sal (*Atriplexnummularia*) que, por sua vez é utilizada na produção de feno; no quarto momento, a forragem (feno). (MOURA, 2012, p. 13)

Conforme a entrevista do Sr. Pedro, relatos apontam que o governo Federal bancou, durante dois anos, e depois as famílias que moram no assentamento passaram a ser responsáveis pelo projeto da água doce. Existem critérios para as famílias pegarem água, criados pela comissão do programa junto a moradores. Segundo o presidente da associação, “*existe um regimento que define horário para pegar água, que é a partir de 5 da manhã, de segunda a sábado. Até três pessoas em uma casa, 20 litros. Passou de três pessoas, 40 litros de água, só para beber, cozinhar e dar banho em recém-nascidos*”.

Portanto, cada pessoa possui uma função com relação ao funcionamento do projeto de água. Por exemplo, uma pessoa responsável por si, se quebrar algum cano, compra e troca o cano. O presidente da associação ainda responde:

No assentamento existe um dia sem os assentados trabalharem de forma coletiva. Cada pessoa tem sua função, exemplo, tomar conta da água. Os trabalhos são divididos de forma igualitária. Às vezes o trabalho acontece de quinze em quinze dias, de acordo com a demanda do projeto, para depois ninguém vir dizer “eu estou trabalhando, mais que Fulano”, por exemplo. Aqui, cada um é responsável e, assim, todos participam de forma igualitária para que as coisas deem certo, se Deus quiser. Cada vez mais a gente está buscando melhorias para as coisas por aqui.

A água que as famílias usam para outras atividades, como lavar roupa, por exemplo, vem de um poço de água salgada, cujo custo é muito alto. Por conta desse custo foram estabelecidas regras para não haver desperdício de água.

Água de qualidade é para beber. O rejeito da água irá para o criatório de peixe, como afirma segundo Moura (2012, p. 19): “A alimentação dos peixes da espécie Tilápia, espécie que suporta e se desenvolve bem em águas salobras, é na sua totalidade feita através de ração comercial adquirida em estabelecimentos especializados”.

A atividade comunitária da criação de peixes, que as famílias desenvolvem dentro do assentamento, serve para, de acordo com o entrevistado número dois, vender-se anualmente os peixes, na semana santa, para as comunidades vizinhas. As famílias, ainda,

pegam sua quantia e o restante é vendido para a prefeitura, que, por sua vez, distribui para as famílias usuárias do “bolsa família”.

Na segunda parte, o rejeito da água irá regar uma planta com nome de *Atriplexé*, uma planta forrageira, de origem australiana, que tem como características ser resistente a condições de aridez climática e ser tolerante a solos salinos (MOURA, 2012). Outra característica importante apontada por Moura (2012) é a capacidade dessa planta em absorver sais contidos no solo e acumulá-los em suas partes vegetativas. É uma planta muito rica em proteínas para caprinos e ovinos e, utilizada como ração, excelente alimento para os animais.

Um dos objetivos da associação foi contemplar as famílias que não possuíam terra. Logo depois, ela foi buscar programas que pudessem garantir a renda das famílias. Assim, um projeto que veio beneficiar as pessoas que moravam no assentamento foi o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –, que garante até 20 mil reais às famílias para que possam investir esse dinheiro. De acordo com o entrevistado Sr. Pedro:

isto ocorreu em 2010, mas todos não tiveram direito de tirar esse recurso porque o programa tem critério. O Banco libera uma parte e depois, de acordo com a forragem, para que as famílias não tomem prejuízo por querer elevar os excessos de animais e não ter a forragem suficiente para os animais. (Pedro)

O PRONAF surgiu como uma alternativa para investir no desenvolvimento pessoal e projeto trouxe uma fonte de geração de renda. Segundo Sr. Pedro:

Nós fizemos o “PRONAF” A, até vinte mil reais, na época; esse valor foi em 2010 ou 2009, me parece. Mas nem todos tiveram a chance de tirar esse recurso todo porque tem os critérios. O Banco libera uma parte, depois, de acordo com a forragem que você tem, ele vai liberando a outra parte para que você, amanhã ou depois, não tome prejuízo por querer elevar excesso de animais e não ter forragem suficiente para eles. A gente tem feito, graças a Deus. Fui o primeiro a pagar o Banco do Nordeste. Fico orgulhoso de mim, pois fui o primeiro a pagar o PRONAF A dos assentados até agora. Tirei mais ou menos dezoito a dezenove mil reais e vinha pagando as parcelas legalmente. E agora apareceu um recurso do Governo Federal que deu 40% de abate, por conta da seca. Solicitei ao governo e ao Banco em João Pessoa e, ainda, havia uma ementa que estava sendo sancionada pela presidente. Ela botou mais 40% em cima do valor, aí ficou 80% de abate. Eu fui ao banco, mandei puxar o que devia, doze mil e pouco, e paguei com seis criações de cabra que eu vendi. É uma benção. Eu estou pronto para fazer outro, eles sempre têm ligado lá para casa. (Pedro)

Portanto, o Assentamento Fazenda Mata passou por lutas para conseguir os projetos que hoje melhoram a qualidade de vida das pessoas que moram na localidade. Conforme Bergamasco e Norder (1996, p. 42), “diante deste quadro, os assentados procuram estabelecer diversas estratégias de produção e reprodução social, deste a formação de modernas cooperativas agropecuárias até a orientação da atividade agrícola”. O mais

interessante é a forma como as famílias organizam as regras, criadas com o objetivo de estabelecer a união e o desenvolvimento do assentamento.

Com o PRONAF A, as famílias adquirem os animais para garantir sua sobrevivência de forma individual. Nesse âmbito, “a caprinocultura é uma atividade tradicional no Cariri, pois esses animais são bastante resistentes e bem adaptados às condições do ambiente” (SILVA, 2012, p. 70).

De acordo com a entrevista do Sr. Pedro, além da criação de cabras como atividade individual, ele também cultiva uma pequena horta, em que planta milho, alface, cenoura, beterraba, couve, abóbora, salsa e cebolinha verde. Ele vende estas verduras e legumes para as comunidades vizinhas como uma forma que ele encontrou para complementar sua renda.

Foto 4 - Horta de um dos moradores



Fonte: Acervo próprio – Aparecida B.de Souza

De acordo com a entrevista de número dois, na época foram compradas duas vacas com o recurso do INTERPA, uma maneira que o programa achou para garantir que as famílias tivessem recursos para pagar anualmente o valor pré-determinando da parcela da propriedade. Sobre isso, um dos moradores revela que foi “*um projeto muito bem bolado muito bem feito, algumas pessoas hoje ainda tem os animais que foram comprados com o recurso do INPERTA*” (Pedro).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que o Programa Nacional de Crédito Fundiário se faz necessário para o desenvolvimento da questão agrária, buscando amenizar os conflitos sociais por terras, vê-se que este poderia ser apenas um programa de compra de terra, mas, com ao longo do tempo, passa a ser visto com uma política de acesso a terra. Nesse processo, estão envolvidos o proprietário da terra e as famílias interessadas.

O programa oferece duas linhas de financiamento, a de combate a pobreza rural e outra de consolidação da agricultura familiar. Dessa forma, para obter-se o financiamento da terra através do programa, é necessário conhecer seus objetivos e utilizá-lo para atender de forma coletiva, combatendo a pobreza rural e individual com a consolidação da agricultura familiar.

O programa Nacional de Crédito Fundiário envolve famílias que buscam, através do financiamento junto aos proprietários, de forma pacífica, negociar suas terras e, assim, através dela, construir sua sobrevivência.

Nos municípios de Sumé e Amparo, no Cariri paraibano, as ações do Programa Nacional de Crédito têm atendido muitas famílias, que decidem formar associações para adquirir sua via crédito.

De acordo com o ponto de vista dos moradores do Assentamento Fazenda Mata, entrevistados para esta pesquisa, houve uma organização das famílias para fundar uma associação, comprarem a Fazenda e, ainda, com recursos do programa, construir suas casas e adquirir projetos para o desenvolvimento dos assentados de forma coletiva ou individual.

Os assentados da Fazenda Mata enfatizam que se sentem gratificados pela união das famílias do local e buscam projetos que garantam uma boa qualidade de vida para as elas, como o exemplo dos projetos de água doce e de criatório de peixes.

Através desse trabalho podemos perceber que, apesar de haver críticas em relação ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, as famílias que moram no Assentamento Fazenda Mata viram no programa uma alternativa para possuir um pedaço de terra, visto que antes trabalhavam em terras que não eram suas.

Durante o percurso da pesquisa, foi importante ir a campo, conhecer a trajetória daquela propriedade, de modo que ficou evidente a organização do Assentamento Fazenda

Mata, bem como a união dos assentados e a vontade de crescer, sempre visando ao desenvolvimento coletivo e ao bem estar de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORBER, Luiz Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (coleção primeiros passos; 301)

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. Processo de Ocupação do Espaço Agrário Paraibano. **Textos UFPB**. NDIHR, Evolução, N° 24, set/1990.

MOURA, Alexandre Jorge p. **Estratégias para o acesso à água de beber na perspectiva da convivência com o semiárido**: a experiência dos camponeses do assentamento Fazenda Mata – PB com o programa Água Doce. Recife – PE, ago., 2012.

PROGRAMA CRÉDITO FUNDIÁRIO. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=111>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO. **Cartilha**. Disponível em: <http://www.fetaep.org.br/Creditofund/cartilha_pncf_fetaep.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

PRONAF. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 24 out. 2014.

SILVA, Antonio Josinaldo Soares. **Análise da relação entre educação e economia solidária no Assentamento Fazenda Mata, em Amparo – Paraíba**. Sumé – PB, 2013.

SILVA, Mirian Farias da. **“Reforma Agrária de Mercado” ou Atualização do Clientelismo?** O Programa Nacional de Crédito Fundiário e o assentamento de famílias sem terra no Cariri Ocidental paraibano. Campina Grande – PB, set. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com o objetivo de pesquisar a origem da Fazenda Mata

1. Como foi a trajetória das terras onde fica localizado o Assentamento Fazenda Mata?
2. Quem foi o primeiro dono desta terra?
3. Por que motivo ele vendeu as terras da Fazenda Mata?
4. Quais as atividades desenvolvidas nas terras?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com o objetivo de pesquisar a trajetória da Fazenda Mata até a aquisição pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário

1. Em que ano as terras foram vendidas para o antigo dono da Fazenda Mata?
2. Por que foi escolhido o nome Fazenda Mata?
3. O que foi construído, nestas terras, pelo antigo dono da fazenda?
4. O antigo dono da Fazenda Mata se preocupava com seus moradores?
5. Quais os motivos pelos quais a fazenda foi vendida pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário?
6. Quais as atividades desenvolvidas na Fazenda Mata atualmente?